

Parlamento Nacional aprova por unanimidade Código da Propriedade Industrial proposto pelo Governo

O Parlamento Nacional aprovou por unanimidade, no dia 22 de setembro de 2026, em votação final global, a Proposta de Lei n.º 18/VI (2.ª) – Código da Propriedade Industrial, apresentada pelo Governo, com 49 votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. O novo quadro jurídico estabelece as bases para a proteção dos direitos de propriedade industrial em Timor-Leste e para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos nesta matéria.

A sessão plenária contou com a presença do Ministro do Comércio e Indústria, Filipus Nino Pereira, e do Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares, Adérito Hugo da Costa.

O Código cria um quadro legal específico para a proteção da propriedade industrial em Timor-Leste, que abrange, entre outros direitos, as invenções, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas. A sua aplicação permitirá igualmente reforçar a proteção e valorização de produtos nacionais através dos mecanismos de propriedade industrial.



A criação deste regime responde também aos compromissos internacionais assumidos por Timor-Leste no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da integração na ASEAN, nomeadamente no que respeita à aplicação do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS).

A proposta agora aprovada resulta de um processo legislativo iniciado pelo Governo. Uma <https://timor-leste.gov.tl/?p=36805&lang=pt> e posteriormente revista para melhor responder aos compromissos internacionais de Timor-Leste. A nova versão, apresentada pelo Ministro do Comércio e Indústria, Filipus Nino Pereira, foi [aprovada pelo Conselho de Ministros em fevereiro de 2025](#). A proposta foi posteriormente aprovada na generalidade pelo Parlamento Nacional, a 15 de junho de 2026, com 44 votos a favor, nenhum voto contra e 16 abstenções, seguindo-se a apreciação na especialidade e a votação final global.

A legislação relativa à propriedade industrial vem complementar o quadro nacional de proteção da propriedade intelectual. Timor-Leste já dispõe do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, aprovado pela Lei n.º 14/2022, de 21 de dezembro, mas não dispunha ainda de legislação específica que regulamentasse os direitos de propriedade industrial.

Paralelamente ao processo legislativo, o Governo, através do Ministério do Comércio e Indústria, tem preparado as condições institucionais e administrativas necessárias para a aplicação do novo regime, incluindo a elaboração da regulamentação e dos procedimentos administrativos, o desenvolvimento das capacidades técnicas e dos recursos humanos e a criação da estrutura responsável pela administração da propriedade industrial.

Este trabalho conta com a cooperação de parceiros internacionais. Durante a participação de Timor-Leste na 68.ª Série de Reuniões das Assembleias dos Estados-Membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em julho deste ano, foram discutidos o apoio à regulamentação e implementação do Código, a formação técnica, a digitalização dos serviços e a criação e operacionalização da estrutura nacional responsável pela propriedade intelectual.

O Governo tem também desenvolvido cooperação nesta área com instituições e parceiros internacionais, incluindo a OMPI, o Ministério da Propriedade Intelectual da República da Coreia, o Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia, a União Europeia, o Centro de Comércio Internacional e o Instituto Dinamarquês de Patentes e Marcas.

Após a conclusão do processo parlamentar, o diploma seguirá os procedimentos constitucionais subsequentes para promulgação e publicação, enquanto prossegue a preparação das condições necessárias à sua implementação.

url: <https://timor-leste.gov.tl/?lang=pt&p=52152>

Timor-Leste moves to strengthen protection of industrial property rights

DILI, 24 September 2026 (TATOLI) — Timor-Leste's National Parliament has unanimously approved a new Industrial Property Code aimed at establishing a legal framework to protect inventions, trademarks, industrial designs and geographical indications.

The proposed law, submitted by the Government as Draft Law No. 18/VI (2nd), was approved in a final vote on September 22 with 49 votes in favour, no votes against and no abstentions.

The legislation is intended to strengthen the protection and commercial value of industrial property in Timor-Leste while bringing the country's legal framework into line with its international commitments, including those linked to membership of the World Trade Organization (WTO) and ASEAN.

The new code covers several areas of industrial property, including inventions, trademarks, industrial designs and geographical indications. It is also expected to provide mechanisms to protect and promote nationally produced goods and encourage innovation and creativity.

The legislation addresses requirements associated with the WTO's Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), as well as Timor-Leste's broader integration into ASEAN and relevant international intellectual property standards.

The measure completes an important part of Timor-Leste's intellectual property framework. The country already has a Copyright and Related Rights Code under Law No. 14/2022 of December 21, but had not previously had specific legislation governing industrial property rights.

The legislative process has taken several years. The proposal was submitted to Parliament in 2025 and received approval in principle on June 15, 2026, with 44 votes in favour, no votes against and 16 abstentions. It was subsequently examined in detail before receiving final approval on September 22. Parliamentary records show that the detailed review was approved on July 14.

The Government has also been preparing the administrative and institutional arrangements needed to implement the new law. These include developing regulations and administrative procedures, strengthening technical and human-resource capacity, and establishing the institution responsible for administering industrial property rights.

The implementation work has involved international cooperation. During Timor-Leste's participation in the 68th Series of Meetings of the Assemblies of the Member States of the World Intellectual Property Organization (WIPO) in July, discussions covered support for implementing the code, technical training, digitalisation of services and the establishment and operation of a national industrial property administration.

The Government has also been working with WIPO, the Korean Intellectual Property Office, the European Union Intellectual Property Office, the European Union, the International Trade Centre and the Danish Patent and Trademark Office on intellectual property-related cooperation.

The parliamentary session that approved the code was attended by Minister of Trade and Industry Filipus Nino Pereira and Vice-Minister for Parliamentary Affairs Adérito Hugo da Costa.

Following parliamentary approval, the legislation will proceed through the remaining constitutional procedures, including promulgation and publication, while the Government continues preparations for its implementation.